

DE UMA REVOLUÇÃO NO MUNDO DA LÍNGUA PORTUGUESA: A PUBLICAÇÃO DA *GRAMMATICA* DE FERNÃO DE OLIVEIRA^{1*}

ON A REVOLUTION IN THE WORLD OF THE PORTUGUESE LANGUAGE: THE PUBLICATION OF FERNÃO DE OLIVEIRA'S *GRAMMATICA*^{*}

Henrique Barroso
Universidade do Minho
hbarroso@ilch.uminho.pt

RESUMO:

Pretende-se, com este artigo, sublinhar o caráter deveras revolucionário que representa a publicação, em 1536, da *Grammatica* de Fernão de Oliveira. Com efeito, o seu autor, pode asseverar-se, foi o “1.º fonólogo funcionalista”, 400 anos antes de o Funcionalismo se constituir como modelo de análise e descrição linguísticas; apresentou o 1.º esboço de Lexicologia e 1.ª teoria da composição das palavras na história da linguística românica; traçou as linhas mestras da gramática *stricto sensu* (ou morfossintaxe) do português do séc. XVI, isto é, identificou as categorias gramaticais que funcionam efe-

-
- ¹ *Este artigo reproduz praticamente na íntegra o texto da conferência plenária proferida na Cerimónia de Abertura do XI Congresso Alemão de Lusitanistas (11. Deutscher Lusitanistentag) que teve lugar, entre 16 e 19 de setembro de 2015, na Technische Universität Aachen, Alemanha, subordinado à temática *O mundo lusófono em movimento – (r)evoluções e transformações* ou, na língua de Goethe, *Umbrüche und Aufbrüche. Die portugiesischsprachige Welt in Bewegung*. Retirei apenas as palavras iniciais relativas (i) aos cumprimentos a todo(a)s o(a)s congressistas, (ii) às felicitações aos/às organizadores/-as do Congresso pela escolha, oportuna, da temática e (iii) aos agradecimentos pelo convite, honroso, feito pela organização (a saber, pela Dr.ª Doris Wieser, da Universidade de Göttingen) para proferir esta conferência.
- Porque se trata de um artigo, acrescentei algumas notas de rodapé, as referências bibliográficas e, mas não muito significativamente, uma ou outra correção/alteração ao longo da extensão textual.
 - Já o fiz lá, mas volto a fazê-lo aqui: quero dedicar este texto à Memória dos Professores Amadeu Torres (Universidade Católica Portuguesa e Universidade do Minho) e Eugenio Coseriu (Universidade de Tübingen), que o inspiraram. Ao primeiro porque, em parceria com o Professor Carlos Assunção, da UTAD, organizou a edição crítica, semidiplomática e anastática da *Gramática da Linguagem Portuguesa*, publicada em 2000 pela Academia das Ciências de Lisboa. Ao segundo, porque lhe dedicou um ensaio absolutamente notável (faz por isso parte da edição agora referida, numa tradução portuguesa por Maria Christina da Motta Maia, para a EDUFF, Niterói, 1991), publicado em 1975, com o título de «Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira (1536)».

tivamente nesta língua; elencou os princípios da Dialetoлогия ou, mais explicitamente, da Sociolinguística quantitativa laboviana; e, *last but not least*, colocou bem o acento tónico na política de língua.

PALAVRAS-CHAVE: Descrição fonética e fonológica; léxico e morfologia lexical; morfologia flexional e categorias morfossintáticas; variação e mudança linguísticas; política de língua; português (séc. XVI); Fernão de Oliveira.

ABSTRACT:

The purpose of this article is to point out the truly revolutionary nature regarding the publication in 1536 of the *Grammatica* of Fernão de Oliveira. Indeed, one may state, its author was the “first functional phonologist”, 400 years before Functionalism became a model of analysis and linguistic description; he presented the 1st outline Lexicology and the 1st theory of composition of words in the history of Romance linguistics; he traced the master lines of the grammar *stricto sensu* (or morphosyntax) of the 16th century Portuguese, i.e. he identified the grammatical categories that work effectively in this language; he listed the principles of Dialectology or, more explicitly, the Labovian quantitative sociolinguistics; and, last but not least, he placed the emphasis on language policy.

KEYWORDS: Phonetic and phonological description; lexicon and lexical morphology; inflectional morphology and morphosyntactic categories; language variation and change; language policy; Portuguese (16th century); Fernão de Oliveira.

Introdução

A publicação, em 1536, da *Grammatica da lingoagem portuguesa* de Fernão de Oliveira representa, de facto, uma ‘revolução’^{2**} porque (para já, só as aceções globais):

² **Muito embora a temática daquela reunião científica tenha versado sobre revoluções ocorridas bastante mais recentemente (últimos 40 a 30 anos – no mínimo, nós somos já testemunhas), um discurso (agora, artigo) sobre a revolução que representa a publicação da *Grammatica* de Fernão de Oliveira no mundo da língua portuguesa, só para os mais distraídos, e mesmo assim aparentemente, é que poderá parecer estranho ou, até, destoar. Com efeito, revoluções em Portugal (Revolução dos Cravos, em 1974), nos PALOP (independência das ex-colónias portuguesas, em 1975) e no Brasil (fim da ditadura militar, em 1985) são revoluções no mundo lusófono, e Fernão de Oliveira é, nas palavras de Torres (1989), como nas de vários outros nomes que poderia referir, o primeiro gramático e filólogo da lusofonia. Eis um elo *ou* eis o elo.

1. Fernão de Oliveira foi o 1.º gramático português do português;
2. escreveu a 1.ª gramática da língua portuguesa em português, e não em latim ou castelhano, como era normal/habitual;
3. foi um dos gramáticos mais originais do seu tempo:
 - 3.1. por ter sido o mais importante foneticista da Renascença,
 - 3.2. pelo pioneirismo (apresentou o 1.º esboço de lexicologia e a 1.ª teoria da composição das palavras na história da linguística românica) e
 - 3.3. pela atualidade do seu pensamento;
4. foi, por isso, um verdadeiro linguista, muito antes do tempo.

Porque Fernão de Oliveira é original sobretudo descritivamente (em termos teóricos, apesar de algumas inovações, o suporte metalinguístico é o modelo gramatical greco-latino: Prisciano e os que o precederam), vejamos então em que consiste esta originalidade, que é ao mesmo tempo demonstração/ revelação/ materialização das aceções específicas desta ‘revolução’.

1. Revolução no domínio da descrição fonético-fonológica

Fernão de Oliveira escreveu sobre matérias muito distintas.³ Porém, no que aos estudos linguísticos diz respeito, é sobretudo na sua qualidade de foneticista/ fonólogo que é recordado.⁴ De qualquer modo, em parte pela teorização linguística a propósito do português, mas de modo particular pela descrição gramatical desta língua, revelou-se um verdadeiro precursor, de renome internacional, como o realçou já – e muito justamente – Coseriu (2000, p. 60):

[...], podemos afirmar, creio, que Oliveira merece um lugar de considerável destaque na história da linguística românica e na da linguística em geral. Ele é, depois de Nebrija, um dos gramáticos mais originais, em certo sentido o mais original, e, antes de Rhys e de G. Bartoli, o mais importante foneticista da Renascença na

³ Num volume de homenagem, coordenado por Morais (2009), que assinala o quingentésimo aniversário do seu nascimento (1507), pode ver-se isso muito bem.

⁴ Torres (1998, p. 68), por exemplo, salienta-o deste modo: «São [...] inegáveis os seus méritos na fonética e na minuciosa articulação dos fonemas, assim como na sua classificação e simbolização gráfica, no que mostra não só não ter ouvido rombo de marinheiro, como estar atento, naqueles, a valores distintivos.»

România. As suas ideias na lexicologia e naquilo que hoje se chama ‘sociolinguística’ são notáveis e a sua contribuição para o tratamento funcional das línguas na linguística descritiva é a de um grande precursor. (COSERIU, 2000, p. 60)

Com efeito, há quinhentos anos, altura em que o latim era uma língua científico-culturalmente muito forte, um português escrever uma Gramática do português em português, pondo propositadamente de lado quer o latim quer o castelhano (também era frequente escrever-se nesta língua – Camões e Sá de Miranda, só para citar dois casos, fizeram-no) e, para além disso, afastando-se de modo original dos modelos greco-latinos, ou seja, “teoriza” sobre a descrição que vai fazendo recusando-se a ser um mero seguidista, é de facto algo de singular.

1.1. A perspetiva de Oliveira é quase exclusivamente sincrónica, ou seja, descreve o(s) modo(s) como falam os seus contemporâneos chegando, pelo seu levantamento, ao modelo ideal, único, para todos os falantes (o que assegura a intercompreensão).

Apesar de utilizar o termo *letra*, que é muito abrangente (compreende os nossos conceitos de *letra*, *grafema*, *som/fone* e *fonema*), preocupa-se já em distinguir *figura*, *senal* (representação gráfica) de *pronunção*, *força*, *virtude* (unidade fónica correspondente). Por conseguinte, um aspeto marcadamente inovador.

As unidades fónicas que Fernão de Oliveira identifica como segmentos em português são, de uma maneira geral, *fonemas*; a ‘nasalidade’ (ele fala de ‘til’) é apenas um *traço distintivo* (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 101).⁵ Em relação às *vogais*, distingue as *orais* (oito ao todo) das *nasais* (cinco), isto é, considera estas últimas como unidades vocálicas simples. Temos, aqui, outro aspeto revolucionariamente inovador, «pois é a primeira vez que as vogais nasais são consideradas como tais na România (e talvez seja a primeira vez em geral).» (COSERIU, 2000, p. 38) Também não menos inovador é a diferença que Oliveira faz entre *vogal grande* (= aberta) e *vogal pequena* (= fechada), que ele interpreta mais como ‘longo’ vs. ‘breve’, respetivamente. No que respeita ao(s) *ditongo(s)*, quando é(são) nasal(ais), faz questão de sublinhar que a ‘nasalidade’ afeta ambas as vogais) (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 106), e não apenas a vogal-núcleo silábico.

⁵ Muito embora tenha igualmente compulsado as edições de Buescu (1975) e Franco e Silvestre (2012), é pela de Torres e Assunção (2000) que faço todas as citações insertas neste artigo.

1.2. Coseriu (2000, p. 34) escreveu que Oliveira superou todos os seus modelos, mesmo Nebrija, particularmente «pela agudeza das suas observações, pela minuciosidade e pelo carácter sistemático da sua descrição dos sons portugueses.» Porque não constitui objetivo deste artigo passá-los em revista a todos,⁶ vejamos, apenas com um único exemplo, como esta afirmação é verdadeira em toda a sua extensão:

[1]: som consonântico lateral alveolar (BARROSO, 2011 [1999], p. 98)

A pronúncia do l lambe as gengibas de cima com as costas da lingua achegando as bordas della òs dentes queixaes. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 96)

O que faz para este segmento, fá-lo para todos (sistematicidade descritiva), começando pelos sons vocálicos orais ([v, a, e, ε, i, o, ɔ, u]), passando aos sons vocálicos nasais ([ẽ, ē, ĩ, õ, ã]), sem a descrição articulatória do tipo da dos orais) e terminando com os sons consonânticos e semivocálicos ([b, k, d, f, g, l, m, n, p, w, r, r, z, s, ʒ, z, s, ʒ, v, j] e, apenas listados, sem qualquer descrição articulatória, [tʃ, ʎ, ɲ]).

1.3. A Fernão de Oliveira também não escaparam as modificações sonoras resultantes dos sons em interação mútua. E de tal maneira estava atento que, no seu texto, só no capítulo XXV (constituído por apenas um parágrafo), descreve três fenómenos fonéticos (mais rigorosamente, dois: ‘crase’ e ‘elisão; o terceiro consiste na manutenção do ‘hiato’, apesar de o português tender a desfazê-lo), como a citação de todo aquele capítulo-parágrafo (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 109) claramente o documenta:

Quando hũa dição acaba em vogal e outra dição logo começa também em vogal, se são ambas d'hum mesmo genero, mesturam-se ambas e fazem hũa vogal [‘crase’]; e às vezes grande de seu genero de que ellas eram, como *d'escrever* por *de escrever*, *estav'assi* por *estava assi*, e *com'os latinos* por *como os latinos* [exemplos de ‘crase’]. E se são de diversos generos a primeira perde-se; e a segunda, em que começa a segunda dição, fica e muitas vezes em maior quantidade [‘elisão’], como *mesturã's'ãbas* por *mesturam-se ambas*, e *com'este* por *como este* [exemplos de ‘elisão’]. Ainda porém que às vezes ficam ambas inteiras [‘hiato’], maiormente se são diversas, como *acaba em a vogal e começa a segunda* [exemplos de ‘hiato’].

⁶ Fi-lo já noutro lugar (cf. BARROSO, 2009, p. 247-252).

Para além destes, fala desenvolvidamente de ‘assimilação’, descrevendo vários tipos nos capítulos XVIII, XXVI e XXVIII (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 104, 109-110 e 114).

1.4. No segundo parágrafo do capítulo XI (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 94), encontramos, no mínimo, um esboço de fonologia (mas, se calhar, já todo um programa de teoria fonológica) que orienta Oliveira na descrição do português do seu tempo, concretamente, alusões aos seguintes conceitos:

1.4.1. ‘oposição fonológica’, ‘base de comparação’ e ‘traço distintivo’, centrais na teoria fonológica de Trubetzkoy (1986, p. 33 ss), em

O proprio [‘traço distintivo’] de cada letra entendemos a particular pronunçiação de cada hũa; e o comum [‘base de comparação’] chamamos aquella parte da pronunçiação e força em que se hũa parece com a outra. E isto nos manda Quintiliano bem ver, porque nisto consiste o saber ler e mais que saber ler [‘oposição fonológica’]. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 94)

1.4.2. ‘método comutativo’ e ‘técnica dos pares mínimos’, em

Porque só mudar hũa letra, hum acento ou som [‘comutação’], e mudar hũa quantidade de vogal grande a pequena ou de pequena a grande, e assi também de hũa consoante dobrada em singela ou, ao contrario, de singela em dobrada, faz ou desfaz muito no sinificado da língua [‘técnica dos pares mínimos’]. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 94)

Este esboço de fonologia continua noutros locais, com alusão a outros conceitos:

1.4.3. ‘correlação’ e ‘pares correlativos’, em

Até aqui dissemos do proprio genero e particular de cada letra; agora vejamos da comunicação que alghũas têm, ou d’alghũa participação que todas têm antre si [‘correlação’].

Antre as consoantes, **b** e **p** são mui semelhantes, e **c** com **g** têm muita vezinhença, e **d** com **t**, **f** com **v**, **l** com **r** singelo, **c** com **z** e **s** ou **ss**, **j** e **x** [‘pares correlativos’]. Também as vogaes hũas com outras em ter voz; e as consoantes antre si em ferir sobre as vogaes.

E as letras semivogaes em seu officio, e as liquidas na sua valia todas têm hũas com outras algum parecer; e contudo quaesquer que se parecem ainda que muito, consigo trazem alghũa certa maneira de mover a boca, lingua, dentes e beiços, ou formar o espirito por onde temos necessidade de as particularizar. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 103-104)

1.5. Oliveira avança um pouco mais na estrutura da língua. No capítulo XXI descreve a ordem de ocorrência das unidades fonemáticas na constituição de unidades linguísticas pertencentes a um nível hierarquicamente superior, ou seja, o do seu agrupamento em *sílabas*, informando-nos da sua tipologia mono (a mais pequena), bi, tri e tetrassegmental (a maior) e quais as unidades que precedem o *núcleo silábico* (em português, sempre constituído por uma vogal), as que o seguem e as que o precedem e seguem simultaneamente; e, em um outro momento, inventaria, distinguindo-os, os segmentos fonológicos que terminam sílaba (capítulo XX) e os que a iniciam (capítulo XXII), ou seja, os que podem ocupar, respetivamente, as posições de coda e ataque silábicos.

1.6. No capítulo XXVII (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 110-111), embora confundindo-o com o ‘grau de abertura bucal’, Oliveira apresenta o traço prosódico *quantidade*, que não tem qualquer estatuto linguístico em português. Em todo o caso, revela que Oliveira conseguia captar as diferenças entre sílabas e/ou segmentos produzidos durante mais tempo (*longos*) ou menos (*breves*).

Ainda neste capítulo, e ao contrário de Quintiliano (que cita), propõe os cinco, em terminologia atual, *padrões silábicos* seguintes (Oliveira fala apenas de ‘numero das sillabas’): /V/ e /CV/, sílabas sem coda, portanto abertas; e /VC/, /CVC/ e /CCVC/, ao invés, com coda, logo sílabas fechadas (BARROSO, 2011 [1999], p. 160-161), tal como se depreende das suas próprias palavras (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 113):

O numero das sillabas Quintiliano o não quer determinar. Mas nós podemos saber onde ellas podem chegar, desta feição; tomando cada vogal por si, ella pode fazer sillaba, e com letra semivogal trás si, e com muda antes, e mais com muda mesturada com letra liquida. Assi, *a, as, ba, bas, bras; e, es: te, tes, tres*; e com ditongo, como *o, ou: do, dou, dous; e, eu: se, seu, seus; a, ao, ão: ga, grao, grão*; e assi de todas as vogaes.

O *acento* é o traço prosódico de que Oliveira fala a seguir, e define assim:

«Acento quer dizer principal voz ou tom da dição, o qual acaba de dar sua forma e melodia às dições de qualquer lingua.» (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 113), acrescentando, contudo, logo: «Digo às dições somente, porque a linguagem ainda no ajuntamento das dições e no estilo e modo de proceder tem suas particularidades ou propriedades» (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 113), o que remete – parece-me – para a *entoação* e *ritmo*, mais duas propriedades prosódicas com funções linguísticas claras, que resultam simultaneamente da intensidade, duração, frequência fundamental e de outras características acústicas implicadas na produção/transmissão dos sons falados.

Segundo Oliveira, «nós falamos com grande repouso como homens asentados» (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 84), o que denota um ‘ritmo lento’ do português falado no séc. XVI, por oposição ao de hoje, um ‘ritmo acelerado’, comprovado, por exemplo, pela tendência consonântica do português atual (TEYSSIER, 1984, p. 66).

1.7. Por fim, no capítulo XXIX (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 115-118), Oliveira passa em revista um conjunto de propriedades que permitem reconhecer a sílaba acentuada de qualquer palavra (*dição*) do português, dizendo que o acento pode recair numa das três últimas sílabas (a contar do fim), tal como hoje, o que nos permite afirmar serem já estes os *esquemas acentuais* típicos do português de Quinhentos: (i) *oxítono* (última sílaba): /-- ' -/, (ii) *paroxítono* (penúltima sílaba): /- ' - -/ e (iii) *proparoxítono* (antepenúltima sílaba): /' ---/.

2. Revolução no domínio da descrição lexical/morfolexical

Orientemos, agora, o foco para outra faceta por que também se distinguiu: a de lexicólogo/morfólogo, ou seja, a que resulta do modo como “teoriza” sobre o léxico e interpreta/descreve esta componente da gramática do português de Quinhentos. Podemos, desde já, afirmar que também nesta área foi pioneiro e original, propriedades igualmente ressaltadas por Coseriu (2000, p. 45), e nos seguintes termos:

[...], Oliveira apresenta nos parágrafos sobre o vocabulário («Das dições»), em poucas páginas, um esboço de lexicologia e, neste esboço, uma teoria da composição das palavras que constituem o primeiro – e em certo sentido o único – esboço desse tipo e a primeira teoria da composição das palavras que conhecemos na história da linguística românica.

2.1. Eis como Oliveira, depois de identificar e definir as unidades de descrição lexical (**dições**, na sua terminologia), enuncia as formas de abordagem deste módulo da gramática do português:⁷

O que primeiro nestas havemos d’olhar e o seu fundamento é donde vieram, a que os gregos chamam, como dissemos, *etimologia*. E esta dividimos em nossa, alhea e comum, porque as dições cuja etimologia aqui buscamos, ou são nossas próprias, como *castiçal, janela, panela*; ou alheas, como *ditongo, acento, picote, alquicé*; ou comuns, como *mesa, çapato*. E cada hũa destas ou são apartadas, como *fazer*, ou juntas como *contrafazer*; ou são velhas, como *ruão, compengar, cicais*, ou novas, como *peita e arcabuz*, ou usadas, como *renda, sisa, casa, corda*. Ou também são próprias, como *livro*, porque lemos, ou mudadas, como *livro*, estromento de musica; ou são premeiras, como *livro*, ou tiradas, como *livreiro e livraria*. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 118-119)

Ou seja, numa terminologia atual(izada): as diferentes categorias de unidades lexicais (i) resultantes das focalizações etimológica e comparativa (palavras vernáculas, empréstimos e palavras de circulação interlinguística), diacrónica (arcaísmos, neologismos e palavras correntes) e a baseada nos usos literal/figurado (palavras denotativas e metafóricas ou, numa terminologia mais recente, ‘empréstimos internos’), (ii) as que resultam, na expressão de Coseriu (2000, p. 49), da «*analisabilidade segmental da significação lexical*» (palavras simples e complexas) e, por fim, (iii) as que são produto da relação de derivação (palavras primitivas e derivadas).

2.1.1. A procedência histórica das unidades lexicais de uma língua constitui tema central da investigação sobre o léxico, tanto na atualidade quanto já no tempo de Oliveira, que não fugiu à regra, pois é exatamente por aí que começa a “teorizar” sobre léxico, com aplicação ao português. Com efeito, e de acordo com este parâmetro, distingue três categorias. A primeira é a das palavras vernáculas (**dições nossas**, para o autor) que são, por um lado, as palavras primitivas próprias da língua e, por outro, as que se formaram por meio dos processos morfológicos a operar nesta, nomeadamente a afixação e a composição.

A segunda categoria é a dos empréstimos (**dições alheas**), que são palavras importadas de outras línguas para satisfazer necessidades denominativas

⁷ Noutro local (BARROSO, 2013), trato desta matéria com um pouco mais de detalhe.

emergentes. Exibindo diferentes graus de adaptação à gramática da língua de acolhimento, podem, com o uso e o tempo, tornar-se unidades lexicais completamente integradas, como se de palavras autóctones se tratasse, ou seja, o falante deixa de as sentir como importações.

Por fim, a terceira e última categoria é constituída por vocábulos de circulação internacional (**dições comuns**). Trata-se de palavras atestadas em várias línguas nas quais não parece ser possível reconhecer o idioma que lhes deu origem. Formam, por essa razão, um património interlinguístico comum a um número considerável de línguas.

2.1.2. Tendo em consideração o segundo parâmetro, o relativo à diacronia das unidades lexicais, Oliveira distingue igualmente três categorias. A primeira apresentada pelo autor são os arcaísmos (**dições velhas**). Trata-se de palavras criadas e usadas noutra época, que pode ser mais ou menos recuado em relação ao presente em que o falante se situa, mas que, por razões e circunstâncias várias (o léxico é uma entidade dinâmica), deixaram de ser usadas pela comunidade locutora. São, pois, palavras que já fizeram parte do léxico ativo de uma língua, mas caíram em desuso.

A segunda categoria é a dos neologismos (**dições novas**), isto é, palavras de criação recente, construídas para denominar justamente novas realidades e novos conceitos que vão aparecendo todos os dias e que carecem, por consequência, de representação linguística. Oliveira distingue, nas dições novas, as construídas “de todo” (ausência de motivação) das construídas “em parte” (motivação) ou, numa metalinguagem atual, a criação neológica *ex nihilo* (CORREIA & LEMOS, 2005, p. 23) da criação neológica fruto dos processos morfológicos de formação de palavras a operar na língua, particularmente a afixação (concatenação de bases e afixos), por estar mais documentada.

E, agora, a última das três categorias: as palavras correntes (**dições usadas**). Como o próprio termo indica, trata-se de todos os itens lexicais que, independentemente da eventual exibição de outras marcas, (i) se usam frequentemente, (ii) são transversais à comunidade locutora e (iii) reconhece-se-lhes, como denominador comum, não serem nem arcaísmos nem neologismos. Correspondem, no fim de contas, à esmagadora maioria das palavras de uma língua em uso num determinado período da sua história.

2.1.3 O uso denotativo (ou literal) e figurado (ou não literal) das unidades lexicais é o parâmetro que permite a Oliveira distinguir, respetivamente, e na sua expressão, as **dições próprias** das **dições mudadas**.

A aquisição de novos significados por parte de palavras já existentes constitui um processo de renovação lexical bastante produtivo. A metáfora e a metonímia (e também a sinédoque) são, para além de recursos cognitivos, os mecanismos semânticos responsáveis por este processo de formação de palavras⁸ a que, por convenção, se tem chamado ‘empréstimos internos’ ou, o mesmo é dizer, ‘empréstimos dentro do sistema’ (CORREIA & LEMOS, 2005, p. 51). Ou seja: uma palavra que era usada num determinado registo de língua passa a ser usada num outro completamente distinto.

Premonitório ou não (em todo o caso, curioso), trata-se de um dos temas de eleição da investigação atual no quadro teórico da Linguística Cognitiva, o paradigma em voga.

2.1.4. É nos capítulos XXXIV e XXXV (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 124-128) que Oliveira descreve as categorias que resultam do parâmetro ‘analisabilidade segmental da significação lexical’. Porém (absoluta novidade – daí o seu pioneirismo), desenvolve ao mesmo tempo, muito brevemente, uma teoria da composição das palavras, que se caracteriza essencialmente por procurar um critério apropriado para a descrição das palavras complexas.

Assim, num primeiro momento, Oliveira ensaia o critério da existência dos componentes como palavras autónomas, do tipo *contrafazer*, analisável em *contra* e *fazer*, que podem ocorrer isoladamente no discurso (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 125). Ao invés, *fa-* e *-zer* não são constituintes independentes, pois não podem funcionar sozinhos discursivamente porque *fa-*, por um lado, e *-zer*, por outro, não significam nada. Portanto, fica aqui inequivocamente expresso que a delimitação dos componentes tem presente a associação entre significante e significado ou, o que vale o mesmo, apenas se pode segmentar, desde que aos constituintes resultantes dessa operação correspondam outros tantos significados.

Ora, porque a possibilidade de análise de uma palavra complexa não implica sempre a existência autónoma dos seus constituintes, este critério não é suficiente para explicar todos os casos que Oliveira pretende descrever. Abandona-o, por isso, e avança este outro: há componentes que significam ou

⁸ Sobre as relações semânticas na gestão dos conceitos, cf. Glessgen (2011, p. 430-437).

podem significar de modo isolado e palavras ou partes destas que se juntam. Neste caso, é suficiente que um componente funcione de modo isolado e o outro que se possa considerar como palavra virtual. Estão, nesta situação, *re-* e *des-* em, por exemplo, *refazer* e *desfazer*, componentes aqueles que não podem funcionar isoladamente no discurso.

O quarto parâmetro («*analisabilidade segmental da significação lexical*») permite identificar, distinguindo-as, as palavras simples (**dições apartadas**) e as palavras complexas (**dições juntas**). Aquelas caracterizam-se (*diz-se hoje*) por exibirem um radical morfológicamente inanalísável e estas, inversamente, por aquele constituinte ser morfológicamente analisável.

2.1.5. Convocando, por fim, a relação de derivação (último parâmetro), Oliveira distingue duas categorias: as palavras primitivas (**dições primeiras**) e as palavras derivadas (**dições tiradas**). Quanto às primeiras, hodiernamente caracterizadas como unidades de significado lexical indecomponíveis, que estão (ou podem estar) na base de uma ou mais palavras construídas, são «As dições [...] cujo nascimento não procede doutra parte mais que da vontade livre daquelle que as primeiro pôs, como *roupa, manta, esteira, cadeira e matula e candieiro, [...]*» (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 133)

No que às segundas diz respeito, que modernamente se caracterizam como unidades lexicais construídas a partir de uma base (o radical) derivante, ou seja, de uma única unidade de significado lexical (e não de duas ou mais, o que é típico da composição) que se concatena com afixos, temos «As dições tiradas, a que os latinos chamam derivadas, [...] cujo nascimento [sic] vêm doutras alghũas dições donde estas são tiradas, como *tinteiro, velhiçe, honrrada.*» (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 133)

Para fechar, pode-se afirmar que Fernão de Oliveira, ainda sem ter essa consciência (nem podia), parece perceber que a palavra, constituinte sintático terminal, exhibe uma estrutura interna, ou seja, constituintes morfológicos terminais (radicais e afixos) a que estão adscritas determinadas funções: morfológicas, morfossintáticas e morfosssemânticas.

3. Revolução no domínio da descrição morfossintática

Também nesta área foi pioneiro e original, como o destacou já, e de novo, Coseriu (2000, p. 50), por estas palavras:

[...]. Mas, mesmo nesse tratamento tão sucinto, pode notar-se o seu esforço no sentido de se libertar dos esquemas da gramática latina e de delimitar como tais as categorias gramaticais que funcionam em português. E devemos dizer que consegue traçar em poucas páginas uma gramática portuguesa, em grande parte independente dos modelos latinos.

3.1. O conceito de gramática descritiva revelado na secção da *Grammatica* que trata desta matéria (capítulos XLIII a XLVIII) é uma nota inequívoca da sua independência em relação ao(s) modelo(s) latino(s), senão observemos:

Não dizemos aind’agora neste lugar nem livro que cousa é artigo, nem tão-pouco mostramos qual officio tem, porque aqui não falamos senão das formas ou figuras das vozes ou dições; e para isto só abasta saber que os artigos, na nossa lingua, diversificam ou variam a forma de sua voz em generos, numeros e casos. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 140-141)

Pelo que escreve, não restam pois dúvidas de que Oliveira prescinde das definições das categorias (bem como das suas funções), limitando-se apenas a identificar e a descrever as formas que as expressam. Diz isto, acabámos de o verificar, a propósito do artigo. Mas volta a fazê-lo, e de modo ainda mais explícito, no capítulo seguinte, ao tratar “dos nomes e seu genero” (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 145):

Não dixemos aqui quantos nem quaes eram os generos dos nomes, nem tão-pouco que cousa é nome, como também fizemos aos artigos e faremos nos verbos, porque do intento desta parte da *grammatica* que agora tratamos não é mais que só dar noticia das vozes, e não difinções ou determinadas declarações das cousas.

Por não ser, portanto, seu objetivo, nesta obra, teorizar sobre as classes (e subclasses) de palavras, mas tão-só descrever as formas resultantes da flexão (ou, na sua terminologia, declinação natural), não é pois de estranhar que apenas se lhes refira quando procede à inventariação das respetivas formas e,

por consequência, negligencie ou remeta para um segundo plano as que não são afetadas por tal fenómeno linguístico. De qualquer modo, mesmo que indiretamente, seja nesta secção seja noutras, Oliveira não esquece – se estive atento – nenhuma classe.

3.2. Das classes abertas, trata (só das formas, relembro) do nome (substantivo e adjetivo, hoje duas classes autónomas) e do verbo; das fechadas, apenas do artigo e do pronome, rigorosamente: daquele, as formas do artigo definido e, deste, algumas formas do pronome pessoal.

O artigo não existia em latim, mas em grego, pelo que é uma novidade oliveiriana a sua consideração como classe autónoma em português (hoje é uma subclasse do determinante). Quanto às suas formas, eis o que escreve (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 140-141): «[...] os artigos, na nossa língua, diversificam ou variam a forma de sua voz em generos, numeros e casos. Em generos, como *o* e *a*; e em numeros, como *os* e *as*; e em casos, como *o*, *do*, *ò* [ao], *o*; *a*, *da*, *à*, *a*; *os*, *dos*, *òs* [aos], *os*; *as*, *das*, *às*, *as*.»

3.3. Quanto às categorias morfossintáticas – que se caracterizam por ser obrigatórias para uma classe de palavras considerada como um todo numa determinada língua (ROSA, 2013, p. 120) –, Oliveira descreve as nominais ‘caso’, ‘género’ e ‘número’ e as verbais ‘tempo-aspeto-modo’ e ‘pessoa-número’.

Caso: Trata-se de um processo antigo ainda em funcionamento, mas só numa subclasse de palavras: a do pronome pessoal. Portanto, os casos, na classe de palavras nome, como observou já Coseriu (2000, p. 51), são mantidos como tipos de funções oracionais, nunca categorias morfológicas (para Oliveira, em português só há declinação de casos em alguns pronomes). Os artigos é que são as marcas das funções oracionais: *o*, *a*, *os*, *as* (com o e a pequenos, como diz Oliveira), para o ‘prepositivo’; *do*, *da*, *dos*, *das* (também com o e a pequenos), para o ‘possessivo’; *ao*, *à*, *aos*, *às* (com o e a grandes), para o ‘dativo’, e *o*, *a*, *os*, *as* (igualmente com o e a pequenos), para o ‘pospositivo’.

Género: Oliveira tem consciência de que os nomes pertencem obrigatoriamente a uma classe genérica (ou masculino, ou feminino, ou indeterminado, ou comum. Atento como estava, reconhece que o neutro, uma classe genérica do latim, não está representado em português), mas não apresentam um marcador geral/universal, capaz de os compreender a todos. Por consequência, o que nos apresenta são – dir-se-ia hoje assim – classes temáticas do nome, lexicalmente determinadas: formas de tema em -a: *moça* (feminino); de tema em -o: *moço*

(masculino), *isto* (indeterminado); de tema em -e: *almadraque* (masculino), *alface* (feminino); de tema -ø: *barril* (masculino), *flor* (feminino), *ingrês* (comum); atemáticas: *rezão* (feminino), *tom* (masculino), *alguém* (indeterminado); constituintes temáticos marginais: *Marcos* (masculino).⁹

Perante esta realidade, escreve Oliveira (2000 [1536], p. 145): «Porque era longo compreender tanta variedade de terminações, ajudou-nos a natureza e uso da nossa língua com os artigos, os quaes sempre ou as mais vezes acompanham os nomes cuja companhia declara os generos desses nomes.»

Isto significa que a indicação do género dos nomes já se fazia, no séc. XVI, tal como hoje, *sintaticamente*, ou seja, usando as formas do artigo (ou, de acordo com o conhecimento atual, de um qualquer outro determinante) para o declarar, isto é, para explicitar a sua classe genérica.

Número: É já uma categoria morfossintática de expressão flexional, pelo menos o valor ‘plural’, marcado geralmente pelo acréscimo de -s à forma do singular. E pode dizer-se que é sempre assim, só que por vezes com alomorfa – termo não usado por Oliveira mas bem consciente desse fenómeno linguístico, senão vejamos (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 145): «[...] Mas isto de diversas maneiras porque às vezes acrecenta também outras co’ella, e às vezes tira alghũas e outras também muda, ficando sempre o s no plural.»

No termo da descrição desta categoria, Oliveira (2000 [1536], p. 148) afirma que, relativamente à variação do nome no plural, o português conhece quatro declinações: (i) a que acrescenta a letra *s* (*moço/moços*), (ii) a que acrescenta sílaba (*pavês/paveses*), (iii) a que muda letra (*animal/animais*) e, por fim, (iv) a que muda sílaba (*almeirão/almeirões*). Como se assinalou já, é de alomorfa e da relação entre morfologia e fonologia que se trata ou, numa formulação concisa, de processos morfofonológicos.

Tempo-aspeto-modo: Depois de ter identificado três conjugações (em -ar, -er e -ir), Oliveira (2000 [1536], p. 151-152) diz que estas têm **modos**, como *falamos*, *falemos*, *falae* e *falar*, que são, sem o ter contudo explicitado, ‘indicativo’, ‘conjuntivo’, ‘imperativo’ e ‘infinitivo’, respetivamente, e cada modo tem **tempos**, como *falo*, *falava*, *falei* e *falarei*, ou seja, ‘presente do indicativo’, ‘pretérito imperfeito do indicativo’, ‘pretérito perfeito do indicativo’

⁹ Villalva (2003, p. 921-925) identifica, para o português europeu atual, nada mais nada menos que 23 classes temáticas para os nomes e 9 para os adjetivos, sublinhando, um pouco como fizera Oliveira há quase cinco séculos, que a “complexidade deste sistema decorre do grande número de distinções existentes e da quase impossibilidade de estabelecer generalizações.” (VILLALVA, 2003, p. 923).

e ‘futuro (simples) do indicativo’ ou, de acordo com Câmara (1980, p. 100), ‘futuro do presente do indicativo’.

Pessoa-número: Para concluir o paradigma verbal, diz que os tempos têm **números**, como *falo e falamos, falas e falaes, fala e falam*, isto é, ‘singular’ (as três primeiras formas de cada par) e ‘plural’ (as três segundas), e cada número tem **peçoas**, como *falo, falas, fala, falamos, falaes, falam*, ou seja, ‘1.^a’, ‘2.^a’ e ‘3.^a pessoas do singular’ e ‘1.^a’, ‘2.^a’ e ‘3.^a pessoas do plural’.

Por tudo o que aqui se disse mas, em particular, por ter oposto, nas categorias morfosintáticas, as de expressão flexional às de expressão lexical e/ou sintática, não há dúvidas de que Oliveira foi bem para além dos modelos latinos – o que denota, uma vez mais, um espírito arguto e, até, revolucionário.¹⁰

4. Revolução no domínio dos estudos sociolinguísticos

A *Grammatica* de Fernão de Oliveira também se revela revolucionária ao conceder importância à língua falada (não é com certeza por acaso que lhe dedica metade da obra: do capítulo VI ao XXIX). O seu autor, por exemplo, aceitava com tal pragmatismo os traços do português do seu tempo, que Neves (2009, p. 41), entre outros nomes que poderia convocar, a considera «uma original gramática do uso linguístico no séc. XVI», porque trata os usos como tais, e não como erros a corrigir. É, de facto, surpreendente vermos já lançados, neste século, os fundamentos da linguística atual de base empírica, que trabalha com as noções de ‘variação’ (intrínseca à língua), de ‘mudança’, de ‘condicionamentos extralinguísticos como o género, escolarização, profissão, faixa etária e proveniência geográfica do falante’ – as premissas da Dialectologia e, mais explicitamente, da Sociolinguística quantitativa laboviana (CALLOU, 2009, p. 126-127).

Que Oliveira tem nítida consciência da heterogeneidade linguística, de variação e mudança linguísticas, resulta evidente no confronto dos excertos que explicitarei a seguir. Antes, porém, deve ressaltar-se algo de crucial/ revolucionário: Oliveira entende a mudança linguística não como ‘corrupção’ – que era o entendimento de João de Barros e Nunes de Leão (BUESCU, 1978, p. 26) – mas, sim, como ‘evolução’, fenómeno natural e intrínseco à língua, como pode comprovar-se por estas palavras (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 86):

¹⁰ Para um tratamento mais desenvolvido desta matéria, cf. Barroso (2015).

«não desconfiemos da nossa língua, porque os homens fazem a língua e não a língua os homens».

E mui poucas são as cousas que duram por todas ou muitas idades em hum estado, quanto mais as falas que sempre se conformam com os conceitos ou entenderes, juízos e tratos dos homens. (OLIVEIRA, 2000 [1536] p. 129) [**tempo: variação diacrónica**]

E porém se estas e quaesquer outras semelhantes as metéremos em mãos d’hũ homem velho da Beira ou aldeão, não lhe parecerão mal. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 129) [**faixa etária e região de origem do falante**]

E o velho, como tem o entender mais firme com o que mais sabe, também suas falas são de peso e as dos mancebos mais leves. (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 131) [**variável não linguística: idade**]

E assi diz Marco [...]; e mais não se muda tão asinha, posto que o uso do falar tenha seu movimento, como ele diz, e não persevere hum mesmo antre os homens de todas as idades. [**variável não linguística: idade**]

E porém de todas ellas ou são geraes a todos, como *Deos, pão, vinho, ceo e terra*, ou são particulares: e esta particularidade ou se faz antre officios [**variação diastrática**] e tratos [**variação diafásica**], como os cavaleiros que têm huns vocabolos e os lavradores outros, e os cortesãos outros, e os religiosos outros, e os mecanicos outros, e os mercadores outros; ou também se faz em terras esta particularidade, porque os da Beira têm hũas falas e os d’Alentejo outras [**variação diatópica**]. E os homens da Estremadura são diferentes dos d’Antre Douro e Minho, porque assi como os tempos [**variação diacrónica**], assi também as terras [**variação sincrónica: diatópica**] criam diversas condições e conceitos. (OLIVEIRA 2000 [1536], p. 131)

Neste último excerto (relativo ao léxico), pode observar-se que Oliveira subdistingue, na categoria de palavras correntes, as (palavras correntes) ‘gerais’ das ‘particulares’, ou seja, as de uso geral e as de circulação mais restrita, por estar muito atento quer à variação dialetal, quer em particular à socioletal. Trata-se, por conseguinte, dos chamados ‘tecnicismos’ (termos próprios de linguagens especiais, isto é, técnico-científicos) e ‘dialetalismos’ (termos regionais).

Concluindo: vimos que a mudança é concebida como natural e intrínseca à língua e que a diversidade não se explica só pelo tempo e pelo espaço.

5. Revolução no domínio da política de língua

O objetivo de Fernão de Oliveira, ao contrário de João de Barros (que pretendia facilitar o ensino da gramática latina), não é pedagógico. É político. Ou seja, os portugueses devem olhar para o português, tal qual os latinos/romanos olhavam para o latim: estatuto de igualdade entre as línguas latina e portuguesa (NETO, 2009, p. 48). É isto que se pode ver no seguinte excerto (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 86):

O estado da fortuna pode conceder ou tirar favor aos estudos liberaes. E esses estudos fazem mais durar a gloria da terra em que florecem, porque Grecia e Roma só por isto ainda vivem: porque quando senhoreavam o mundo mandaram a todas as gentes a eles sojeitas aprender suas línguas, e em ellas escreviam muitas boas doutrinas; e não somente o que entendiam escreviam nellas, mas também trasladavam par'ellas todo o bo que liam em outras. E desta feição nos obrigaram a que ainda agora trabalhemos em aprender e apurar o seu esquecendo-nos do nosso. Não façamos assi; mas tornemos sobre nós, agora que é tempo e somos senhores, porque melhor é que ensinemos a Guiné ca que sejamos ensinados de Roma, ainda que ella agora tevera toda sua valia e preço.

Na parte final desta citação, mais precisamente «porque melhor é que ensinemos a Guiné», podemos ver (se assim o quisermos entender, é claro) a bênção da 1.^a pedra do monumento que paulatinamente se foi e/ou veio erigindo, com essa vocação/função e/ou esse estatuto/papel, que teve já várias denominações e hoje se chama Instituto Camões ou, numa outra dimensão: o português como língua global, que parece estar bem na ordem do dia.

E para concluir...

Pôde/Pode observar-se, nesta descrição oliveiriana da gramática do português do séc. XVI, que não há notas soltas, atomisticamente dispostas, mas gerais, que afetam a língua como um todo: para ele, como assinalou Coseriu (2000, p. 54), as línguas são uma estrutura, um sistema de regularidades – daí o confronto constante entre as regras e as realizações.

É inegável a atualidade do seu pensamento em todos os domínios sobre que fizemos incidir o foco neste artigo: muitas das observações feitas por

Oliveira continuam a preocupar fonólogos, lexicólogos, morfólogos e outros especialistas contemporâneos.¹¹ Portanto, e de novo, revolucionário.

Revolucionário, revolucionário, teria sido, ainda, Fernão de Oliveira ter descrito a componente sintática da gramática do português da primeira metade do séc. XVI com o detalhe e a argúcia aplicados na descrição da fonológica. Porém, de tal módulo gramatical, dá-nos apenas um “programa”, se assim se pode dizer, no único capítulo que lhe dedica, XLIX (OLIVEIRA, 2000 [1536], p. 152-153), que desenvolverá noutro trabalho («[...] temos começada hũa obra em que particularmente e com mais comprimento [...]»). Se o terminou ou não, desconhece-se – pelo menos, até agora, não se encontrou nada, infelizmente. Aí, sim – repito –, é que teria sido absolutamente revolucionário, pois seria o início de uma mudança de paradigma (teria sido?!): passar da palavra (conforme o *Crátilo* de Platão e a análise proposicional de Aristóteles) à frase – o que veio a acontecer, mas muito mais tarde, praticamente já no nosso tempo.

De qualquer modo, o mundo da língua portuguesa, após a publicação deste texto – pode dizer-se – seminal e, a vários títulos, inaugural, nunca mais foi o mesmo. Que tenha espoletado todas as transformações, é óbvio que não. Porém, contribuiu para muitas mudanças/(r)evoluções – acabámos de vê-lo.

Face ao que aqui se expôs, e entre vários outros atributos, considerar Fernão de Oliveira um linguista *avant la lettre* parece-me ser o corolário lógico. Ora isto – ninguém o negará – é verdadeiramente revolucionário.

Referências

- ABAURRE, M. B. Fernão de Oliveira: as “reflexões fonológicas” de um autor do século XVI. In: ABAURRE; M.^a B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (eds.). **Fernão de Oliveira: um gramático na história**. Campinas: Pontes Editores, 2009, p. 59-69.
- ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (eds.). **Fernão de Oliveira: um gramático na história**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.
- BARROSO, H. Fonética e Fonologia (segmental e prosódica) em Fernão de Oliveira (1536). In: MORAIS, C. (ed.) **Fernando Oliveira: um humanista genial**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2009, p. 243-260.

¹¹ Podemos vê-lo confirmado, entre muitas outras referências igualmente convocáveis, respetivamente, em Abaurre (2009) e Bisol (2009), Basílio (2009), Callou (2009) e Neves (2009).

- BARROSO, H. **Forma e substância da expressão da língua portuguesa**. Coimbra: Livraria Almedina, 2011.
- BARROSO, H. Léxico e morfologia em Fernão de Oliveira (1536). **Древняя и новая Романия, выпуск, II**,. Санкт-Петербургский государственный университет. Кафедра романской филологии. [**Antiga e nova Romania, II**. Universidade Estatal de S. Petersburgo, Cátedra de Filologia Românica.], 2013, p. 114-126.
- BARROSO, H. Morfossintaxe em Fernão de Oliveira (1536). In: **Diacrítica** 29, n. 1, 2015, p. 379-393.
- BASÍLIO, M. Com a palavra Fernão de Oliveira: um estudo sobre o conceito de palavra na língua portuguesa. In: ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (eds.). **Fernão de Oliveira: um gramático na história**. Campinas: Pontes Editores, 2009, p. 269-283.
- BISOL, L. Fernão de Oliveira e a sílaba. In: ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (eds.). **Fernão de Oliveira: um gramático na história**. Campinas: Pontes Editores, 2009, p. 87-97.
- BUESCU, M.^a L. C. **Gramáticos portugueses do século XVI**. Lisboa: Instituto de Cultura Portuguesa, Biblioteca Breve, v. 18, 1978.
- CÂMARA Jr., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 1980.
- CALLOU, D. (2009). De Fernão de Oliveira e da (sócio)linguística. In: ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (eds.) **Fernão de Oliveira: um gramático na história**. Campinas: Pontes Editores, 2009, p. 123-128.
- CORREIA, M. & LEMOS, L. S. P. de **Inovação lexical em português**. Lisboa: Edições Colibri e Associação de Professores de Português, 2005.
- COSERIU, E. Língua e funcionalidade em Fernão de Oliveira. [Trad. port. de “Sprache und Funktionalität bei Fernão de Oliveira” por Maia, M.^a C. (1991). Niterói, R. J.: EDUFF, Editora Universitária]. In TORRES, A. & ASSUNÇÃO, C. *Fernão de Oliveira, Gramática da Linguagem Portuguesa (1536)* [...], p. 29-60, 2000.
- GLESSGEN, M.-D. Le statut épistémologique du lexème. **Revue de Linguistique Romane**. n. 299-300 Jui.-Déc. 2011, p. 391-468.
- MATEUS, M. H. et al. *Gramática da língua portuguesa*. 5 ed. Lisboa: Caminho. 2003.
- MORAIS, C. (ed.) **Fernando Oliveira: um humanista genial**. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2009.

- NETO, J. B. A teoria da linguagem de Fernão de Oliveira. In: ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (eds.). **Fernão de Oliveira: um gramático na história**. Campinas: Pontes Editores, 2009, p. 43-51.
- NEVES, M. H. M. A obra de Fernão de Oliveira: uma *téchne* do uso linguístico no século XVI. In: ABAURRE, M. B.; PFEIFFER, C.; AVELAR, J. (eds.). **Fernão de Oliveira: um gramático na história**. Campinas: Pontes Editores, 2009, p. 35-42.
- OLIVEIRA, F. de. **Gramática da linguagem portuguesa**. *Fac-simile*, introdução e edição actualizada e anotada por FRANCO, J. E. & SILVESTRE, J. P. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2012 [1536].
- OLIVEIRA, F. de. **Gramática da linguagem portuguesa (1536)**. Edição crítica, semidiplomática e anastática por TORRES, A. & ASSUNÇÃO, C., com um estudo introdutório do Prof. E. Coseriu. Lisboa: Academia das Ciências, 2000 [1536].
- OLIVEIRA, F. de. **Gramática da linguagem portuguesa**. Introdução, leitura actualizada e notas por BUESCU, M.^a L. C. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1975 [1536].
- ROSA, M. C. **Introdução à morfologia**. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2013.
- TEYSSIER, P. **História da língua portuguesa**. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1984.
- TORRES, A. Fernão de Oliveira, primeiro gramático e filólogo da lusofonia. In: TORRES, A. **Gramática e linguística**. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia, 1998 [1989], p.73-81.
- TORRES, A. **Gramática e linguística**. Braga: Universidade Católica Portuguesa, Faculdade de Filosofia, 1998.
- TRUBETZKOY, N. **Principes de phonologie**. Paris: Éditions Klincksieck, 1986.
- VILLALVA, A. Estrutura morfológica básica. In: Mateus, M. H. et al. **Gramática da língua portuguesa**. 5 ed. Lisboa: Caminho, 2003, p. 917-938.

Recebido em 20 de julho de 2018.

Aceito em 14 de março de 2019.